



3º Encontro de Pesquisa
em Informação e Mediação

unesp



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA



EVENTO VIRTUAL
via YouTube
Google Meet
07 e 08 de junho
de 2021

III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

O PAPEL DO MEDIADOR DA INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DO LIVRO E LEITURA

Wellington Santos Silva – Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Uma sociedade que pretende ser justa, sustentável e equilibrada socialmente deve proporcionar acesso democrático à informação e ao conhecimento. Os Planos Municipais do Livro e Leitura concentram as políticas públicas de incentivo ao livro e leitura, na esfera local, sua construção, regulação e implementação, devem simultaneamente, seguir as diretrizes do Plano Nacional do Livro e Leitura, instituído a partir da portaria interministerial n.º 1.442/2006 e depois alterado para Decreto Lei n.º 7.559/2015, da Política Nacional de Leitura e Escrita, Lei n.º 13.696 sancionada em 2018, ambos em vigência, além de atender as demandas e anseios de sua comunidade. O presente estudo propõe uma reflexão sobre o papel do mediador da informação no processo de construção dos Planos Municipais do Livro e Leitura. A metodologia adotada para a presente trabalho foi a pesquisa de natureza qualitativa, de tipologia bibliográfica e o método utilizado foi o Design Thinking, este, por sua vez, subdividido em três fases: Imersão ou Inspiração, Ideação e a Prototipagem ou Implementação. A mediação da informação possibilita a construção de cenários diversos de atuação, aos profissionais da informação, inseridos no contexto da Ciência da Informação. No processo de construção dos Planos Municipais do Livro e Leitura, os gestores locais, atuam, de forma incessante, para implementar políticas públicas assertivas, em busca da libertação intelectual de seus cidadãos. O mediador da informação deve empenhar-se em evidenciar a sua parcialidade, demonstrar suas intenções e ideologias, buscar o contraditório e construir ambientes de decisões coletivas, de outra forma sua interferência no processo de construção, dos referidos planos, pode ser entendida como manipulação.

Palavras-Chave: Mediação da Informação; Políticas Públicas; Plano Nacional do Livro e Leitura; Plano Municipal do Livro e Leitura.

THE ROLE OF THE INFORMATION MEDIATOR IN THE PROCESS OF CONSTRUCTION OF THE MUNICIPAL PLANS OF THE BOOK AND READING

Abstract: A society that aims to be fair, sustainable and socially balanced must provide democratic access to information and knowledge. The Municipal Plans for Book and Reading concentrate public policies to encourage books and reading, at the local level, their construction, regulation and implementation, must simultaneously follow the guidelines of the National Plan for Books and Reading, instituted from the interministerial ordinance n. 1.442/2006 and later changed to Decree Law No. 7.559/2015, of the National Reading and Writing Policy, Law n. 13.696 sanctioned in 2018, both in force, in addition to meeting the demands and desires of its community. The present study proposes a reflection on the role of the information mediator in the process of building Municipal Plans of Book and Reading. The methodology adopted for the present work was the research of a qualitative nature, of bibliographic typology and the method used was Design Thinking, which, in turn, was subdivided into three phases: Immersion or Inspiration, Ideation and Prototyping or Implementation. The mediation of information makes it possible to build diverse performance scenarios, to information professionals, inserted in the context of Information Sciences. In the process of construction of the Municipal Plan of Book and Reading, the local managers act incessantly, to implement assertive public

III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

07 e 08 de Junho de 2021

policies, in search of the intellectual liberation of its citizens. The information mediator must endeavor to demonstrate his impartiality, demonstrate his intentions and ideologies, seek the contradictory and build environments for collective decisions, on the other hand form its interference in the construction process, of the aforementioned plans, can be understood as manipulation.

Keywords: Information mediation; public policies; National Plan of Book and Reading; Municipal Plan of Book and Reading.

EL PAPEL DEL MEDIADOR DE INFORMACIÓN EN EL PROCESO DE CONSTRUCCIÓN DE LOS PLANOS MUNICIPALES DEL LIBRO Y LECTURA

Resumen: Una sociedad que aspira a ser justa, sostenible y socialmente equilibrada debe proporcionar acceso democrático a la información y el conocimiento. Los Planes Municipales del Libro y la Lectura concentran las políticas públicas para incentivar el libro y la lectura, a nivel local, su construcción, regulación e implementación, deben seguir simultáneamente los lineamientos del Plan Nacional del Libro y la Lectura, instituido a partir de la ordenanza interministerial n. 1.442 / 2006 y posteriormente modificado al Decreto Ley N ° 7.559 / 2015, de la Política Nacional de Lectura y Escritura, Ley n. 13.696 sancionados en 2018, ambos vigentes, además de atender las demandas y deseos de su comunidad. El presente estudio propone una reflexión sobre el papel del mediador de la información en el proceso de construcción de los Planes Municipales del Libro y la Lectura. La metodología adoptada para el presente trabajo fue la investigación de carácter cualitativo, de tipología bibliográfica y el método utilizado fue Design Thinking, el cual, a su vez, se subdividió en tres fases: Inmersión o Inspiración, Ideación y Prototipado o Implementación. La mediación de la información permite construir diversos escenarios de actuación, a los profesionales de la información, insertados en el contexto de las Ciencias de la Información. En el proceso de construcción del Plan Municipal de Libro y Lectura, los gestores locales actúan incesantemente, para implementar políticas públicas asertivas, en busca de la liberación intelectual de sus ciudadanos. El mediador de información debe esforzarse por demostrar su imparcialidad, demostrar sus intenciones e ideologías, buscar lo contradictorio y construir ambientes para las decisiones colectivas, por otra parte su injerencia en el proceso de construcción, de los planos antes mencionados, puede entenderse como manipulación.

Palabras clave: Mediación de la información; Políticas públicas; Plan Nacional del Libro y la Lectura; Plan Municipal de Libro y Lectura.

1 INTRODUÇÃO

Pode-se pensar em cultura e educação, no contexto atual, sem a presença do livro, leitura, biblioteca e, conseqüentemente, da mediação da informação?

A resposta é óbvia... claro que não. Cultura e educação só são viáveis hoje, pela relação direta entre a mediação da informação, acesso democrático ao livro e a leitura sistemática.

Por meio do livro, homens e mulheres são capazes de criar uma nação que compreende seus desafios e busca soluções para a construção de um país justo, sustentável e democrático. A leitura sistemática constrói uma subjetividade complexa, permite o deleite estético e amplia o repertório de conhecimentos do leitor. A cultura e a educação têm um papel estratégico na formulação e execução das políticas que promovam o acesso ao livro e a

III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

07 e 08 de Junho de 2021

formação de leitores como ações de cidadania, inclusão social e desenvolvimento humano. (BRASIL, 2006, p. 4).

As políticas públicas brasileiras de incentivo ao livro e a leitura, estão concentradas no Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), instituído a partir da Portaria Interministerial n^o 1.442/2006 e depois alterada para Decreto Lei n^o 7.559/2015, e na Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), Lei n^o 13.696 sancionada em 2018, ambos em vigência e sob a égide da Secretaria Especial da Cultura (extinto Ministério da Cultura) e do Ministério da Educação (MEC). Este esforço entre a secretaria especial e o ministério tem como objetivos: a fomentação, orientação e a regulamentação destas políticas públicas na esfera local, evidenciando assim que “as políticas públicas para as ações de livro e leitura demandam, além das políticas estruturantes [...], soluções específicas locais, adotadas e implementadas com a participação dos diversos setores da sociedade” (BRASIL, 2006, p. 5).

As informações disponibilizadas nos equipamentos informacionais, chegam à população por intermédio dos mediadores ou agentes de leitura que são conceituados da seguinte forma:

MEDIADOR ou AGENTE DE LEITURA como aquele indivíduo (profissional ou não) capaz de, pelo testemunho de vida e com conhecimento de causa, planejar situações motivadoras e organizar favoravelmente as circunstâncias do meio cultural para que as pessoas possam adentrar o universo dos livros, da leitura e da literatura e dele participar objetivamente. (MARQUES NETO, 2010, p. 313).

A ação social e cultural, do mediador, ultrapassa as paredes e as amarras das instituições constituídas, o conhecimento de vida ou de causa é colocado no mesmo nível dos diplomas e dos títulos, a figura do mediador, independente da sua formação acadêmica, deve ser moldada a partir das necessidades locais. O presente estudo propõe uma reflexão sobre o papel do mediador da informação no processo de construção dos Planos Municipais do Livro e Leitura, em consonância as diretrizes do Plano Nacional do Livro e Leitura (2006) e na Política Nacional de Leitura e Escrita (2018).

2 METODOLOGIA

Ao definir ciência Gil (2008, p.3) descreve-a “[...] como uma forma de conhecimento objetivo, racional, sistemático, geral, verificável e falível.” Verificamos proximidade com a fala de Trujillo Ferrari (1974 *apud* PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 14), que declara que “ciência é

III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

07 e 08 de Junho de 2021

todo um conjunto de atitudes e de atividades racionais, dirigida ao sistemático conhecimento com objetivo limitado, capaz de ser submetido à verificação.” Marconi e Lakatos (2003) complementam o conceito alegando que ciência é uma sistematização de conhecimentos, além de um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos que se deseja estudar.

No modelo de estudo científico, incluindo o desenvolvido pela Ciência da informação, os métodos de pesquisa são de grande relevância no sentido de sistematizar e racionalizar o que venha a ser conhecimento científico.

Todo pesquisador deve estar preparado para realizar a crítica reflexiva sobre seus objetos de estudo e para tal deve dialogar com as fontes disponíveis de forma sistematizada e racional com o intuito de conceituar e mediar as informações e isso só é possível através da metodologia científica e como alega Gil (2008) o conhecimento científico se distingue dos demais tipos de conhecimento pelo seu caráter fundamental de ser verificável por meio de seus métodos e metodologias.

Marconi e Lakatos (2003, p. 112), observam que na ciência a “metodologia, por sua vez, engloba métodos de abordagem e de procedimento e técnicas.” Prodanov e Freitas (2013, p. 14) alegam que “a metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade.”

Em virtude das alegações, verifica-se metodologia científica como sendo um processo de acumulação de conhecimentos científicos, que tem caráter racional, sistemático, exato, verificável e, por conseguinte, falível. É um conjunto de enunciados lógicos e dedutíveis que justificados por outros enunciados, sistematizam a investigação, o raciocínio e a experimentação extensiva. Na interação sujeito/objeto o pesquisador ampara-se no desenvolvimento de conceitos para a criação de métodos e metodologias em busca de uma reflexão crítica que qualifique, explore e descreva as complexas relações sociais.

Com o intento de obter uma maior aproximação com o objeto a ser pesquisado e a possibilidade de aprofundamento crítico/reflexivo sobre o tema abordado, adotamos a pesquisa de natureza qualitativa de tipologia bibliográfica e o método utilizado é o Design Thinking que em nosso trabalho foi subdividido em 3 fases.

Imersão (VIANNA *et al.*, 2012) ou inspiração (BROWN, 2008): Fase composta pelo levantamento preliminar dos dados, bem como a análise e síntese das informações coletadas.

III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

07 e 08 de Junho de 2021

Nesta etapa da pesquisa foram utilizados a Revisão Sistemática da Literatura (RSL), Cartões de Insights, Diagramas de Afinidades e Mapas Conceituais.

Ideação (VIANNA *et al.*, 2012): Fase composta principalmente pelo conceito de generalização e busca por respostas de problemas levantados em fase anterior. Como o nome sugere, o objetivo final desta fase, é a reflexão exaustiva sobre o objeto de estudo, em busca de alternativas e ideias inovadoras. Nesta etapa da pesquisa foram utilizados o Brainstorming e Cardápio de Ideias.

Prototipação (VIANNA *et al.*, 2012) ou Implementação (BROWN, 2008): É a fase final do Design Thinking (DT) onde o pesquisador deve realizar a proposição de uma solução aos problemas levantados ao longo da pesquisa.

3 INFORMAÇÃO E SUAS MÚLTIPLAS FACETAS

O conceito de informação é muito discutido em várias áreas do conhecimento humano e dentro da Ciência da Informação a discussão se demonstra imprescindível, sendo por isso possível encontrar, em variadas correntes teóricas, descrições singulares, sobre o termo em questão.

Dentre os vários conceitos destacaremos o de Buckland (1991) que descreve a informação, como sendo algo que pode ser intangível (Informação-como-processo e Informação-como-conhecimento) ou tangível (informação-como-coisa) seguindo as distinções apresentadas, para os modelos intangíveis, a informação-como-conhecimento, é descrita como uma possível alteração cognitiva do indivíduo após apropriação e processamento de uma nova informação, ou seja, uma informação que não era conhecida, previamente pelo indivíduo, é apropriada, processada e transformada em um novo conhecimento, transformando assim o próprio indivíduo, já o processo em si, entre apropriar-se da informação e transformá-la em um novo conhecimento é tido como a informação-como-processo. Para o modelo tangível, proposto por Buckland, é demonstrado a informação-como-coisa, como sendo todo e qualquer tipo de informação que pode ser medida ou tocada, em outras palavras, toda informação que possa ser representada por meio de dados, códigos, sinais, textos, imagens e objetos.

Para Almeida e Moraes (2013) o conceito de informação é moldado socialmente, em consonância a uma perspectiva histórico-cultural, que dispõe de uma relação direta entre o desenvolvimento de tecnologias e a reorganização social, representadas em um primeiro

III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

07 e 08 de Junho de 2021

momento pela evolução dos meios de comunicação e, posteriormente, pelo processo de industrialização e da produção material da sociedade (industrialização) em larga escala. Esta evolução que é datada pós século XV e acontece até os dias atuais, reflete na postura dos indivíduos que interagem socialmente, frente ao surgimento dos novos meios de comunicação e produção social, transformando através dos tempos a sociedade e o que venha a ser concebido como informação.

Se até o final do século XIX, o termo informação possuía o sentido relativamente estabelecido de notícia, fato ou evento comunicado por alguém ou por uma instituição, a partir do século XX, especialmente em sua segunda metade, o conceito passa a receber novas conotações, das quais duas merecem maior atenção. A primeira é a adotada pela cibernética, que define informação como medida de incerteza, como processo de introdução de ordem num sistema tendencialmente entrópico. A segunda conotação do termo informação começou a circular nos anos 70, com a ideia de uma “evolução” da sociedade capitalista em direção a uma “sociedade da informação”, passando informação a ser vista como “dados tratados e organizados”. É importante ressaltar a diferença entre as duas visões. Na concepção da cibernética, a informação é um processo ou relação de trabalho que permite o sistema recuperar ou manter sua capacidade, em permanente dissipação, de seguir fornecendo trabalho. Na visão que reduz a informação a dados, ela passa a ser entendida como objeto passível de apropriação e mercantilização. (ALMEIDA; MORAES, 2013, p. 179-180).

Já para Capurro e Hjørland (2007) não se pode pensar o conceito de Informação de forma isolada, sem referenciá-lo a outros conceitos, e este processo de formulação do conceito também é datado historicamente, com identidade própria e busca atendimento à objetivos específicos. Sendo que o conceito de informação será formulado a partir das “necessidades interpretativas” de cada indivíduo e de suas “habilidades” de interpretação, tendo como característica comum, o compartilhamento do conceito dentro de um grupo que congrega do mesmo discurso.

Existem muitos conceitos de Informação e eles estão inseridos em estruturas teóricas mais ou menos explícitas. Quando se estuda Informação, é fácil perder a orientação. Portanto, é importante fazer a pergunta pragmática: *“Que diferença faz se usarmos uma ou outra teoria ou conceito de informação?”* Esta tarefa é difícil porque muitas abordagens envolvem conceitos implícitos ou vagos que devem ser esclarecidos. (Tal esclarecimento pode provocar resistência porque Informação é muito frequentemente usada como um termo para aumentar o *status*, com pouca ambição teórica). Deveríamos também perguntar a nós mesmos o que mais precisamos saber sobre o conceito de informação [...] (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 193).

III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

07 e 08 de Junho de 2021

Para Almeida Júnior (2015) não existe informação prévia ou dada, a informação não cabe em modelos conceituais fixos, pois é um processo em construção que nunca finda, para o autor o que existe é uma protoinformação que pode ser entendida da seguinte maneira: “Protoinformação significa uma “quase informação”, uma “possível informação”, uma “talvez informação”, uma “quem sabe informação”. Desta forma, observa-se que “a informação vai recebendo significados e interferências ao longo de seu ciclo de vida”. Mantemos uma relação dúbia com a informação, onde sua apropriação pode ser considerada consciente ou inconsciente, tácita ou explícita, por mais que tentamos não possuirmos o seu total domínio e assim como ela própria, assumimos o papel duplo de sujeito e objeto nesta relação.

A informação vai se construindo, se impregnando de intenções, interesses, desejos, valores. A informação carrega embates, lutas por poder, por dominação, por imposições de conceitos, verdades. O ideológico não é eliminado pelo emprego de técnicas documentais, ao contrário, estas reforçam esse caráter ideológico presente na construção da informação. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 4).

Observamos que o conceito de informação pode ser entendido como algo que não existe por si só, sendo construído socialmente, a partir das necessidades de cada indivíduo, em uma perspectiva histórico-cultural, pode assumir características tangíveis e intangíveis, sendo um processo em construção em si mesmo que se retroalimenta, nunca finda e relaciona-se a significados e representações em um sentido singular de indivíduo para indivíduo, sendo para isso obrigatório o referenciamento a outros conceitos.

A matéria prima em todo processo analisado é a informação em seus mais variados suportes, dando aqui maior ênfase ao livro, de forma que sua conceitualização se fez necessário no sentido evidenciarmos qual é o entendimento de informação que será utilizado neste trabalho.

4 A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A informação por si só não é informação, e sua criação, finalidade e apropriação só se torna possível por meio de sua mediação. Assim como o conceito de informação devemos conceitualizar a mediação da informação no sentido de esclarecer quais são as posições defendidas neste trabalho, pois entendemos que em todas as relações humanas, por mais que se busque o contrário, não existe a imparcialidade total.

III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

07 e 08 de Junho de 2021

O conceito de mediação da informação para Almeida e Moraes (2013), não é fixo ou estanque, relaciona-se com a tecnologia da informação, a capacidade de recepção e interpretação, por parte dos receptores, também ao conjunto de estruturas espaço-temporais, criado pela própria sociedade, responsável pelo estabelecido da interação social, nos mais variados contextos, sendo este conjunto, datado historicamente, responsável pela seleção, formatação e disponibilização da informação dentro da própria sociedade. O processo dialógico mediação/informação é entrecortado por uma série elementos sociais, culturais, econômicos, históricos e tecnológicos que não permitem o engessamento do termo dentro de apenas um único modelo.

As modalidades de interação relacionam-se com os diversos contextos sociais. Sua realização bem-sucedida depende da capacidade dos receptores em “negociar” efetivamente com as diversas estruturas espaços-temporais que se apresentam. Por outro lado, a tecnologia não basta, por si só, para criar a comunicação. Ou seja, há que se considerar a oposição entre a velocidade da informação e o vagar da comunicação, entre a performance técnica e as dificuldades da intercompreensão entre indivíduos e coletividades reais. Em segundo lugar, deve-se considerar a necessidade de uma reflexão acerca do tipo de informação produzida por estes sistemas técnicos. Em outras palavras, a relação/oposição entre a facilidade de acesso e competência para a assimilação e a manipulação de informações e conhecimentos. (ALMEIDA; MORAES, 2013, p. 179).

Para Almeida Júnior (2015), a mediação da informação é um processo permeado por intenções e ideologias, que possui ações implícitas e explícitas, e envolve usuários, mediadores, produtores de informação, suporte dos materiais, equipamentos informacionais, informação e o momento em que todo esse processo acontece. Observa-se que a construção do conhecimento acontece sempre em uma relação entre um indivíduo e o outro, nunca de forma isolada, e neste movimento dialógico, entre o eu e outro, o conhecimento surge por meio da mediação. Tais ideias ficam melhor esclarecidas em um conceito atualizado pelo autor, sobre mediação da informação, conforme texto descrito abaixo:

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25).

III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

07 e 08 de Junho de 2021

Após a conceitualização do que venha ser informação e mediação da informação, analisaremos os eixos temáticos do Plano Nacional do Livro e Leitura e seus desdobramentos na Política Nacional de Leitura e Escrita no intuito de estabelecermos uma relação entre o papel definido aos gestores responsáveis pela implantação dos referidos planos e a mediação da informação.

5 O PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA E A POLÍTICA NACIONAL DA LEITURA E ESCRITA; EIXOS TEMÁTICOS E OBJETIVOS

O Plano Nacional do Livro e Leitura estabeleceu quatro eixos temáticos (BRASIL, 2006, p. 19-20) a serem desenvolvidos pelos gestores no processo de implantação local dos Planos Municipais do Livro e Leitura, que permanecem contidos nos dez objetivos da Política Nacional da Leitura e Escrita (BRASIL, 2018), sendo eles:

Quadro 1 - Quadro comparativo entre os eixos temáticos PNLL e objetivos PNLE

Plano Nacional do Livro e Biblioteca - Eixos temáticos (2006)	Política Nacional da Leitura e Escrita - Objetivos (2018)
Eixo 1 – Democratização do acesso	I – Democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade
Eixo 2 – Fomento à leitura e à formação de mediadores	II – Fomentar a formação de mediadores de leitura e fortalecer ações de estímulo à leitura, por meio da formação continuada em práticas de leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura, entre outros agentes educativos, culturais e sociais
Eixo 3 – Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico	III – Valorizar a leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional por meio de campanhas, premiações e eventos de difusão cultural do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas
Eixo 4 – Apoio à criação e ao consumo de bens de leitura	IV – Desenvolver a economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao fortalecimento da economia nacional, por meio de ações de incentivo ao mercado editorial e livreiro, às feiras de livros, aos eventos literários e à aquisição de acervos físicos e digitais para bibliotecas de acesso público
	V – Promover a literatura, as humanidades e o fomento aos processos de criação, formação, pesquisa, difusão e intercâmbio literário e acadêmico em território nacional e no exterior, para autores e escritores, por meio de prêmios, intercâmbios e bolsas, entre outros mecanismos
	VI – Fortalecer institucionalmente as bibliotecas de acesso público, com qualificação de espaços, acervos, mobiliários, equipamentos, programação cultural, atividades pedagógicas, extensão comunitária, incentivo à leitura, capacitação de pessoal,

III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

07 e 08 de Junho de 2021

	digitalização de acervos, empréstimos digitais, entre outras ações
	VII – Incentivar pesquisas, estudos e o estabelecimento de indicadores relativos ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas, com vistas a fomentar a produção de conhecimento e de estatísticas como instrumentos de avaliação e qualificação das políticas públicas do setor
	VIII – Promover a formação profissional no âmbito das cadeias criativa e produtiva do livro e mediadora da leitura, por meio de ações de qualificação e capacitação sistemáticas e contínuas
	IX – Incentivar a criação e a implantação de planos estaduais, distrital e municipais do livro e da leitura, em fortalecimento ao SNC
	X – Incentivar a expansão das capacidades de criação cultural e de compreensão leitora, por meio do fortalecimento de ações educativas e culturais focadas no desenvolvimento das competências de produção e interpretação de textos.

Fonte: Plano Nacional do Livro e Leitura (BRASIL, 2006, p.19-20) e Política Nacional de Leitura e Escrita (BRASIL, 2018).

Os quatro eixos do PNLL e os dez objetivos observados no PNLE se relacionam em um processo rizomático, que pode ser considerado, um espiral virtuoso em um sentido cíclico/progressivo. Ao propor a democratização ao acesso à informação/livro, o fomento à leitura e à formação de mediadores, valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico e o apoio à criação e consumo de bens de leitura, entende-se subliminarmente, a partir desta leitura preliminar, a existência de uma visão de mundo, muito bem delimitada, que busca um referencial idealizado para a sociedade pretendida e tida como distante da que existe hoje.

Isto é de suma importância, no sentido de perceber que nenhum discurso vem esvaziado de um pensamento político/ideológico, e neste caso, o proposto, por meio do PNLL (eixos temáticos) e do PNLE (objetivos), é a disponibilização em larga escala de informação, principalmente no suporte físico do livro, que passa a ter uma conceitualização que transcende o próprio suporte.

Nesse sentido, o livro, mais do que um objeto físico, torna-se um objeto simbólico da diversidade cultural; mais do que uma ferramenta didática, torna-se um instrumento feito de palavras na formação subjetiva das pessoas; mais do que uma mercadoria na prateleira de uma livraria, torna-se um meio de fomentar a economia criativa e produtiva do livro e da leitura no país. (BRASIL, 2006, p. 5).

III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

07 e 08 de Junho de 2021

A diversidade social e cultural perpassa pelo processo de mediação, sendo que a apropriação, do que venha ser, informação e conhecimento, dependerá, dentre outras necessidades, dos fluxos informacionais, construídos, de forma customizada, em cada localidade, onde, as bibliotecas públicas e escolares públicas, têm papel fundamental na democratização do acesso e na emancipação intelectual de seus usuários.

6 APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O PNLL e a PNLE representam um modelo idealizado de políticas públicas de incentivo à cultura e a educação para a sociedade brasileira do futuro, seus discursos estão pautados em prover uma socialização da informação, de forma mais ampla e igualitária, onde as pessoas menos favorecidas economicamente, e em desvantagem ao acesso à informação, logo, marginalizados socialmente, possam promover a sua libertação intelectual, por meio de uma relação direta entre livro/sujeito/conhecimento, tendo como meta final uma sociedade mais justa, democrática e responsável no âmbito ambiental e social.

Não esqueçamos, que na elaboração dos Planos Municipais de Livro e Leitura, os articuladores deste processo, governo federal, estadual, municipal, sociedade e instituições representativas, delegam suas autoridades e suas responsabilidades a representantes de seus interesses, gestores locais, e estes, por sua vez, fazem a mediação da informação de forma personalizada, que defendem, entre outras coisas, seus próprios interesses, criando uma hierarquia de informações que serão disponibilizadas ou não, conforme a posição ocupada, dentro da estrutura preestabelecida em cada processo local.

Para uma compreensão mais fácil, analisaremos o “Guia para elaboração e implantação dos Planos Estadual e Municipal do Livro e Leitura (PELL e PMLL)”, documento criado, pelos Ministérios da Cultura e Educação em 2006, como instrumento balizador sobre o tema, que se utiliza de uma roupagem técnica e de aparente imparcialidade, no sentido de promover um ambiente apenas consultivo e regulamentador, sem caráter expressivo de obrigatoriedade e por conseguinte menos formal. Ledo engano, pois ao criar tal documento, a esfera federal acaba exercendo grande pressão sobre governos estaduais e municipais, no sentido de se traçar um planejamento que esteja minimamente alinhado aos seus desejos e anseios, não sendo permitido pensar-se em um grupo de trabalho “sério”, sobre o tema, que não o tenha consultado, se apropriado ou rechaçado as diretrizes ali descritas.

III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

07 e 08 de Junho de 2021

Aqui retomamos as reflexões sobre informação e mediação da informação, dentro do contexto do PNLL e da PNLE, pois no simples ato de se relacionar com o referido documento, nós estamos, de alguma forma, nos apropriando de seus conceitos, de seus modelos, de seus padrões, mesmo que seja para criticá-los, questioná-los ou simplesmente ignorá-los, isto acontece de forma consciente ou inconsciente. O documento em questão foi construído por um grupo social, de forma intencional, possui um conteúdo informacional que foi escolhido, classificado, organizado e disponibilizado em uma trajetória histórica, dispondo de uma posição político/ideológica frente ao mundo e a sociedade, ou seja, suas escolhas, classificações, formatações, inclusões, até mesmo suas lacunas, vazios e silêncios são propositais, evidenciando e reforçando um posicionamento, uma intencionalidade dentro do processo de mediação da informação que não é imparcial.

Há que se ficar bem claro, também, que na mediação existe “interferência” do profissional que atua no espaço em que ela é deflagrada. A interferência contradiz o senso comum dos profissionais da área que defende uma impossível neutralidade no âmbito do fazer desses profissionais. Não só a interferência é salutar, como é, também imprescindível. Os limites entre a interferência e a manipulação, no entanto, são frágeis e passíveis de não serem percebidos. (ALMEIDA JÚNIOR, 2007, p. 34).

O Plano Nacional do Livro e Leitura e a Política Nacional de Leitura e Escrita tratam de forma explícita a questão da mediação da informação, delimitada à leitura, somente no eixo 2 do PNLL e nos objetivos 2 e 8 descritos na PNLE, estabelecendo diretrizes curriculares necessárias aos mediadores e agentes de leitura no sentido de buscar uma padronização das técnicas que devem ser utilizadas no atendimento as demandas dos usuários dos equipamentos informacionais, por meio da “capacitação” da mão de obra existente, em um processo de formação continuada, onde se buscará ou intensificará convênios com as universidades e os centros de formação de professores e educadores.

Programas de capacitação de educadores, bibliotecários e outros mediadores da leitura. Projetos especiais com universidades e centros de formação de professores. Cursos de formação de educadores com estratégia de fomento à leitura e de estudantes que se preparam para o magistério em literatura infantojuvenil. Ampla utilização dos meios de educação a distância para formação de promotores de leitura em escolas, bibliotecas e comunidades. (MARQUES NETO, 2010, p. 53).

Espaços plurais de formação dos mediadores da informação devem surgir da interação entre as comunidades, os centros de formação oficiais e as universidades.

III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

07 e 08 de Junho de 2021

7 PLANO MUNICIPAL DO LIVRO E LEITURA: MEDIADORES LOCAIS

A menção ao papel dos gestores locais, responsáveis pela implantação dos Planos Municipais do Livro e Leitura é tratado de forma genérica tanto no Plano Nacional do Livro e Leitura quanto na Política Nacional de Leitura e Escrita, mas tal postura, pode ser identificada como uma forma sutil de preestabelecer um papel quase que oculto, a este agente, no processo em si, construindo a ideia de autogestão, sem hierarquias predefinidas. Novamente devemos nos debruçar sobre os documentos, na tentativa de uma interação dialética no sentido de evidenciarmos o verdadeiro papel deste agente em todo o processo.

Como dito anteriormente, ao analisar os eixos temáticos do PNLL (BRASIL, 2006, p. 19-20) e os objetivos do PNLE (2018) observam-se referências diretas à mediação da informação somente no Eixo 2 (PNLL) e nos Objetivos 2 e 8 (PNLE), mas nos outros três eixos temáticos e oito objetivos, dos respectivos documentos, a mediação está permeando de forma implícita todas as estruturas existentes. A própria construção do PNLL, que serviu de base para a elaboração da PNLE, se deu em uma leitura mediada da sociedade à época, onde no ano de 2003, baseado “[...] em propostas internacionais do Centro Regional para o Fomento ao Livro e à Leitura (Cerlalc) e da Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI), [...] elegeram o ano de 2005 como o ANO IBERO-AMERICANO DA LEITURA – VIVALEITURA.” (BRASIL, 2006, p. 6).

Entre os anos de 2005 e 2006 aconteceram mais de 150 reuniões públicas por todo o país a fim de se discutir o tema livro e leitura, uma equipe multidisciplinar propôs um diálogo a todos os setores da sociedade brasileira, que instituíram diretrizes a serem alcançadas no curto, médio e longo prazo, sendo estas compiladas em um único documento, institucionalizado em 12/08/2006 pela portaria interministerial nº 1.442, do extinto Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, intitulado como Plano Nacional do Livro e Leitura (BRASIL, 2006).

Esta construção plural do PNLL já nasceu mediada, o diálogo entre as partes, a apropriação das informações e a construção de novos conhecimentos se deram de forma simultânea, relacionando as estruturas sociais, numa perspectiva espaço-temporal, e com interferência direta das TICs (tecnologia da informação e comunicação). A busca incessante pela informação, como resposta aos anseios sociais, é primordial neste tipo de processo, pois ao apropriar-se de novas informações, é percebido simultaneamente, um movimento que vai de encontro, ao atendimento das demandas estabelecidas previamente e a geração de novas

III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

07 e 08 de Junho de 2021

questões até então inexistente, ou seja, a informação não traz certezas e sim incertezas, pois as respostas obtidas geram novas perguntas, novos questionamentos, que devem ser respondidos em um novo processo de construção da informação de forma mediada e isto acontecerá de forma cíclica e infinita.

Sabendo que o PNLL e por conseguinte a PNLE se estabeleceram de forma mediada em suas origens e que os gestores responsáveis pela implantação em suas localidades dos Planos Municipais do Livro e Leitura estão inseridos neste contexto, como podemos avaliar o seu papel no referido processo?

Em uma perspectiva plural não se objetiva a busca por uma resposta unívoca e sim a construção de um cenário que pode servir para análise dos possíveis papéis de atuação a serem desempenhados pelo gestor. O primeiro passo é identificar quem pode assumir o papel de gestor responsável pela implantação dos Planos Municipais do Livro e Leitura, e neste sentido, devemos nos atentar a um passo anterior ao da implantação, ou seja, devemos nos atentar ao ato da construção dos planos municipais. O próprio Guia para a Implantação do PMLL já delimita um público específico a ser explorado com o intuito de formar os Grupos de Trabalho (GTs) que seriam responsáveis pelos debates, discussões e estruturação do PMLL. Segue descrição do referido público:

Dessa forma, pode ser constituído um grupo de trabalho (GT) que reúna dirigentes e gestores de Educação e Cultura no poder público (municipal, regional, estadual ou nacional), profissionais e usuários das bibliotecas, educadores, estudantes, livreiros, editores, jornalistas, intelectuais, escritores, lideranças comunitárias, lideranças políticas e gestores públicos e privados que atuam nesse campo, além de representantes das instituições locais, tais como sindicatos, clubes de serviço e associações culturais, religiosas etc. Recomenda-se a criação de um grupo executivo, do qual façam parte membros do poder público e membros da sociedade, para dar encaminhamento às deliberações do grupo de trabalho que será criado. (BRASIL, 2006, p. 14).

Verifica-se no texto, elencado acima, a idealização de um grupo de pessoas que hipoteticamente possuem, em sua gênese, as características necessárias para assumir o posto de gestão do processo de implantação do PMLL, e que em sua maioria, já exerce um papel de destaque no seio social local, temos como exemplos, “dirigentes”, “gestores”, “profissionais da informação”, “educadores”, “livreiros”, “editores”, “jornalistas”, “intelectuais”, “escritores”, “lideranças políticas”, “representantes das instituições locais” etc. Por outro, lado verifica-se pouca ênfase dada à população de forma geral, sendo esta representada, em

III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

07 e 08 de Junho de 2021

nosso entendimento, pelos grupos de “estudantes” e “usuários das bibliotecas”, que são em larga escala, os maiores públicos, em números absolutos, que utilizam as bibliotecas.

O que está evidenciado nas orientações descritas no Guia, de forma implícita, é que o papel de gestor da implantação será desempenhado, obrigatoriamente, por alguém pertencente a um dos grupos que exercem mais influência na sociedade, geralmente ficando a cargo dos gestores e dirigentes vinculados as Secretarias Municipais da Cultura e Educação, até mesmo pelo conhecimento tácito acumulado sobre o tema no exercício de suas funções.

8 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DOS PMLLS: ANÁLISE CIENTÍFICA ELABORADA PELO MÉTODO DESIGN THINKING

O Design Thinking (DT) é um método científico de se fazer pesquisa, que inserido no contexto da Ciência da Informação, reforça a desconstrução do discurso de que o conceito de design, deve somente pautar-se, nas características físicas ou estéticas das coisas. O Design Thinking, conceituado como método de pesquisa científica, é tido, como um modelo complexo de pensamento, que surge para entender e atender às necessidades dos indivíduos, inseridos no complexo contexto social, chamado de Sociedade Pós-Moderna.

O Design Thinking diferencia-se de outros métodos científicos de pesquisa, pois pode ser considerado um processo inovador, complexo, contínuo e ininterrupto que se retroalimenta das próprias informações preliminarmente levantadas em campo, tendo como prioridade central as interações humanas, em busca de diferentes respostas às necessidades dos mais diversos grupos sociais.

Enquanto o pensamento positivista analítico busca explicar os fenômenos à parte, sem a intervenção do homem, suas emoções, seu espírito, seus vieses, sua cultura, seu conhecimento prévio, seus valores e filosofia, o pensamento complexo propõe a inserção do homem e seu contexto no centro de todos os fenômenos naturais. Propõe considerar as relações do homem com a natureza e com os objetos, *i.e.*, considerar aquele que pratica e para quem se faz ciência - o homem. (JORENTE; PADUA; NAKANO, 2019, p. 41).

Por ser considerado um conceito guarda-chuva o Design Thinking amplia a possibilidade de os pesquisadores estabelecerem relações e interações com diversas áreas do conhecimento, em um processo, de apropriação e reformulação, constante e ininterrupto, de novos conceitos, “olhares” e perspectivas. O pesquisador, munido de tais instrumentos, é estimulado, constantemente, à experimentação de novas técnicas inseridas ao seu universo de pesquisa.

III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

07 e 08 de Junho de 2021

Por tratar-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de tipologia bibliográfica e o método empregado ter sido o DT, a primeira etapa, desenvolvida, nesta pesquisa, foi a Imersão (VIANNA *et al.*, 2012), também conhecida como Inspiração (BROWN, 2008). Realizamos primeiramente, um levantamento dos documentos relacionados ao tema **mediação da informação e a construção dos Planos Municipais do Livro e Leitura**, por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), em bases de dados científicas da área da Ciência da Informação. O segundo passo foi a criação de Cartões de Insights contendo reflexões preliminares sobre os textos escolhidos, resumidos em títulos-chave com a indicação de seus textos originais. Também desenvolvemos um Diagrama de Afinidades, que organizou e agrupou os Cartões de Insights, previamente construídos, tendo por base, a proximidade, afinidade ou similaridade dos conceitos observados nos referidos cartões. Finalizando esta etapa, elaboramos mapas mentais, com o intuito de um aprofundamento teórico/reflexivo, sobre os conceitos extraídos a partir dos Cartões de Insights e do Diagrama de Afinidades, a ilustração gráfica pôde proporcionar a visualização entre os elos existentes dos conceitos preliminarmente observados. Nesta etapa conseguimos definir os atores (mediadores locais) e as estruturas (PNLL e PNLE) a serem estudadas, bem como estabelecemos duas questões norteadoras à pesquisa:

- 1- Quem é o sujeito que assume o papel de mediador da informação dentro do processo de construção do PMLL?
- 2- As estruturas preestabelecidas pelo PNLL e PNLE permitem a mediação da informação de forma igualitária e democrática a todos os agentes envolvidos no processo de construção dos PMLLs?

A segunda etapa, chamada de ideação (VIANNA *et al.*, 2012), serviu como laboratório para o desenvolvimento de um ambiente criativo e de proposição de soluções inovadoras. Nesta fase utilizamos Brainstorming (estímulo à criação do maior número de ideias em curto espaço de tempo) e o Cardápio de Ideias (catálogo síntese de todas as ideias levantadas na pesquisa sobre o tema), com o intuito de desenvolvermos reflexão exaustiva sobre o objeto de estudo, em busca de alternativas e ideias inovadoras para respondermos as questões levantadas na fase anterior.

A terceira e última etapa, chamada de Prototipação (VIANNA *et al.*, 2012) ou Implementação (BROWN, 2008), sugere que seja apresentada uma solução (protótipo), aos problemas levantados ao longo da pesquisa, em nosso caso, não delimitamos modelos

III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

07 e 08 de Junho de 2021

estaque, a serem seguidos, não realizamos afirmações incontestáveis, realizamos algumas reflexões e ponderações, com o propósito de estimular outras pesquisas, que venham contribuir com a ampliação e o aprofundamento teórico/reflexivo sobre o tema: a mediação da informação e a construção dos Planos Municipais do Livro e Leitura.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa evidencia que a mediação da informação ainda percorre um caminho vertical nas estruturas sociais, ou seja, de cima para baixo, e está implicitamente espelhada nas estruturas do PNLL e PNLE. Os gestores locais são responsáveis por estabelecer as diretrizes em suas localidades no sentido de estruturar e regulamentar o PMLL, e para isso devem possuir uma visão panorâmica da sociedade e de todo processo a ser implantado.

O papel do gestor local, responsável pela implantação do PMLL, também está circunscrito no contexto da mediação da informação, mas isto ocorre, em um nível diferenciado de mediação, ao compará-lo com os mediadores descritos no eixo 2 do PNLL e nos objetivos 2 e 8 da PNLE, pois este assume uma postura de controlador dos fluxos informacionais em todo o processo a ser implantado. Ao se apropriar, processar e depois disponibilizar a informação, aos demais agentes, o gestor local, responsável pela implantação do PMLL, está de forma direta sofrendo e realizando interferências no processo, ou seja, realizando a mediação da informação, logo, assume o papel de mediador da informação.

Estabelecida a relação entre o gestor local, responsável pela implantação do PMLL, e a mediação da informação, evidenciam-se as suas responsabilidades e a posição de destaque alcançada dentro do processo em si. O mediador deve assumir a função de facilitador, na busca de uma gestão participativa, onde sua interferência deve ser incessantemente evidenciada, de modo que todos os participantes do processo, percebam suas intenções e ideologias, e possam realizar suas interações de forma democrática, de outra forma, sua interferência pode ser entendida como manipulação.

Uma política pública do livro e leitura deve ter, essencialmente, como fundamento a democratização do acesso ao conhecimento e à informação. Sendo assim, a gestão participativa do Plano é o melhor caminho para atingir as metas e os objetivos que forem estabelecidos, garantindo a continuidade das ações por meio do acompanhamento da sociedade civil. (BRASIL, 2006, p. 13).

III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

07 e 08 de Junho de 2021

Este trabalho não esgota as infinitas possibilidades de outras leituras sobre o tema, mediação da informação e a construção de políticas públicas de incentivo ao livro e a leitura, concentradas nos Planos Municipais do Livro e Leitura. Esperamos que este trabalho estimule outras pesquisas e propicie a criação de um ambiente colaborativo que consiga realizar o aprofundamento teórico/reflexivo sobre o tema abordado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A.; MORAES, M. B. Mediação da informação, ciência da informação e teorias curriculares: a transdisciplinaridade na formação do profissional da informação. **Informação & Informação**, Londrina. v. 18, n. 3, p. 175-198, 2013. DOI: [10.5433/1981-8920.2013v18n3p175](https://doi.org/10.5433/1981-8920.2013v18n3p175) Acesso em: 01 ago. 2020

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Leitura, mediação e apropriação da informação. *In*: SANTOS, J. P. (org.). **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2007. p. 33-45.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. 278p. p. 9-32.

BRASIL. Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e Instituto Pró-Livro. **Guia para elaboração e implantação dos Planos estadual e municipal do livro e leitura**. 2006. 34 p. Disponível em: http://siseb.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/Guia_PNLL.pdf. Acesso em: 01 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes metodológicas. Elaboração de revisão sistemática e metanálise de estudos observacionais comparativos sobre fatores de risco e prognóstico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018**. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13696.htm. Brasília. 2018. Acesso em: 22 ago. 2020.

BROWN, T. Design Thinking: Thinking like a designer can transform the way you develop products, services, processes—and even strategy. **Harvard business review**. Cambridge. Jun 2008. Disponível em: [Tim Brown, Design Thinking.pdf \(readings.design\)](https://hbr.org/2008/06/design-thinking). Acesso em: 05 fev. 2021.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**. Berkeley. v. 42, p. 351-360, 1991.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v12n1/11.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

07 e 08 de Junho de 2021

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2008. 200 p.

JORENTE, M. J. V.; PADUA, M. C.; NAKANO, N. O design da informação como recurso interdisciplinar da curadoria digital em contextos complexos da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. 3, p. 35-59, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123162>. Acesso em: 01 dez. 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES NETO, J. C. (org.) **PNLL: Plano Nacional do Livro e da Leitura**. (textos e história: 2006-2010). São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010. 340p.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Editora Feevale, 2013.

TRUJILLO FERRARI, A. **Metodologia da ciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

VIANNA, M.; VIANNA, Y.; ADLER, I. K.; LUCENA, B.; RUSSO, B. **Design Thinking: Inovação em negócios**. Rio de Janeiro: MJV Press, 2012.